

História, identidade e memória local: Aspectos da igreja católica em Campo Grande-MS

Maria Augusta de Castilho*

O artigo em tela é fruto de uma pesquisa realizada entre 2004 e 2007, que teve como papel central o estudo da história, identidade e memória local da Igreja Católica na territorialidade de Campo Grande, reconhecendo as formas sociais, as estruturas econômicas, os sistemas de representações sociais construídos com a igreja, com enfoque na realidade e linguagens simbólicas, repletas de significados da doutrina católica, sinalizando uma Igreja como força institucional de sua prática espiritual, seu planejamento e práticas intervencionistas enquanto diocese representante do episcopado brasileiro. O estudo teve como dinâmica a pesquisa arquivística, leitura, análise e interpretação de obras especializadas em história da religião (católica) caracterizando o território como lógica desse conjunto estrutural, e a territorialidade como um atributo de determinado fato social onde circula o poder eclesástico da diocese metropolitana.

Palavras-chave: História. Identidade. Igreja Católica

The article in question is the fruit of research carried out between 2004 and 2007, which had as its central role the study of the history, identity and local memory of the Catholic Church

Introdução

O estudo da religiosidade é um meio para se compreender a condição humana, enquanto que a prática religiosa, pela multiplicidade das formas que apresenta, em um país de forte inspiração católica, contribui para ampliar essa compreensão, especialmente se analisada em seus contextos territoriais específicos.

A vida de uma coletividade envolve crenças que se revelam nas condutas e se materializam nas formas espaciais do cotidiano vivido, o que inclui a valorização, não só da dimensão simbólica – significativa dessas condutas, como também da dimensão material, reveladora dessas crenças e condutas.

* Doutora em História Social pela USP. Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local-Mestrado.UCDB-MS. m.a.castilho@terra.com.br

in the territoriality of Campo Grande. Acknowledging the social forms, the economic structures, the systems of social representations constructed with the church, focusing on reality and symbolic languages, replete with significance of the catholic doctrine, signaling a church as an institutional force of is spiritual practice, its interventions of planning and practice as a diocesan representative of the

Brazilian episcopate. The study followed the dynamics of archival research, reading, analysis and interpretation of works specialized in the history of religion (catholic) characterizing territory as the logic of this structural set, and territoriality as an attribute of a determined social fact where ecclesiastical power of the metropolitan diocese circulates

Key words: History. Identity. Catholic Church.

A Igreja Católica deve ser reconhecida como um elemento de produção do espaço, bem como o sustentáculo de construções de idéias de uma sociedade, suas formas de organização, e autoridade (religiosa), com suas crenças, valores e símbolos. Percebe-se por meio de um olhar sobre a cidade, um elo de ligação entre a religião católica e a gênese da urbanização (como é o caso de Campo Grande em sua fase inicial de formação espacial) no dimensionamento da história eclesiástica da diocese. A urbanização constitui uma mudança na maneira pela qual os homens vivem em sociedade, o que pode afetar vigorosamente a forma de entenderem o significado da vida. O mundo do homem passou a ser a sua cidade, e a sua cidade se expandiu para incluir o mundo em seu dia-a-dia, no qual a religião tem um papel fundamental em sua trajetória terrestre¹.

Para se analisar a Igreja Católica deve-se levar em conta, seu caráter institucional, uma vez que a fé é um fenômeno supra-racional pairando sobre todos os outros valores. Assim, a Igreja tem início nessa fé, cujo objetivo é a propagação de sua mensagem religiosa, baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo.

1. A Igreja Católica no Brasil

A Igreja Católica esteve vinculada ao Estado, por meio do padroado desde o período colonial que se alterou com a expulsão dos jesuítas em 1759 e participação do clero em quase todas as jornadas revolucionárias do período que antecede à independência brasileira de onde surgiram atritos entre a Igreja Católica do

¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2a. São Paulo: Perspectiva, 1989.

Brasil e de Roma². Em 1827 a missão Vidigal restabelece o padroado no Brasil, sob o controle do imperador, período em que os bispos reformadores desejam implantar o espírito tridentino-romanizado e ultramontano. Com a proclamação da República, a IC começa a trabalhar junto com o povo e pelo povo em processo gradativo, pretendendo, de um lado, fortalecer as diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, atender aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve que enfrentar no interior da sociedade brasileira³. A reforma proposta no final do século XIX percorreu boa parte do século XX no processo de romanização (porque a ação reformadora no Brasil estava centrada no modelo romano) e clerização (clero) do catolicismo brasileiro.

Infere-se que a administração eclesiástica brasileira acompanhou a própria evolução político-administrativa, pois a criação de capitânicas, comarcas e freguesias eram sempre acompanhadas de prelazias, dioceses e paróquias; uma vez que a reconstrução da história da igreja deve partir da gênese das congregações religiosas, das paróquias, capelas, comunidades e da Arquidiocese objetivando a recuperação do funcionamento e lutas sucedidas no interior da própria organização eclesiástica em Campo Grande.

Reconhece-se que a Igreja Católica Apostólica Romana, em seus mais de dois mil anos de existência, elaborou um sistema hierárquico complexo, o qual viabilizou suas metas e políticas, demarcando territórios, nos quais o acesso é controlado e dentro dos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. A organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica, móvel no espaço. “Os espaços religiosos se modificaram no decorrer dos séculos quer por criação de novas dioceses, quer por fragmentação das paróquias”⁴.

A compreensão da Igreja é profundamente influenciada pelo contexto histórico em que ela deve dar testemunho da mensagem evangélica.

² AZEVEDO, Thales de. *Igreja e estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.

³ MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁴ ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 8/9.

No caso brasileiro a Igreja estava atrelada ao Estado por meio do padroado, como já foi mencionado anteriormente. “Este esvaziava de tal forma a função episcopal que os bispos não chegavam a constituir um centro de unidade”⁵. O episcopado era pequeno, não acompanhando o crescimento populacional cuja influência era insignificante uma vez que grande parte das funções episcopais era exercida pela instituição leiga do padroado, onde as nomeações de bispos e sacerdotes eram feitas, pelo próprio rei.

O catolicismo brasileiro era laico na evangelização feita por indivíduos, ou na família; no governo, por meio do padroado; na administração, pelas irmandades e ordens terceiras; na assistência social, pelas casas de misericórdia; nas devoções, de caráter privatizado. Mesmo o clero estava bastante laicizado.

No período colonial vê-se o catolicismo luso-brasileiro no âmbito de uma sociedade escravista, em que o escambo inicial com os índios não assistiu à implantação da catequese, mas à presença esporádica de capelães das frotas que paravam no Brasil rumo às Índias. A partir da implantação do sistema das capitanias hereditárias, a catequese desempenha papel importante para integrar o índio na empresa colonial agrícola portuguesa⁶. A obra missionária segue os desdobramentos da evolução histórica brasileira, que para Hoornaert⁷, se desenvolve em ciclos:

O litorâneo, destacando-se as figuras de Nóbrega e Anchieta; o sertanejo, cujo capuchinho Martinho de Nantes que, ao defender as terras indígenas, foi expulso do sertão pelos criadores de gado; o maranhense, com os nomes dos também importantes jesuítas: Vieira, Figueira, Bettendorf e outros, ficando as aldeias praticamente sob a administração dos missionários no espiritual e no temporal.

As Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia (1707) adaptam a legislação eclesiástica a esta sociedade colonial e escravocrata.

Para Faustino⁸, “o padroado trouxe uma implicação séria de ordem financeira, uma vez que os reis de Portugal interpretaram a bula Inter Coetera, como lhes

⁵ BEOZZO, José Oscar et alii. *História da igreja no Brasil*. 2a. Tomo II, v. 2. Petrópolis: Vozes, 1985, p.13.

⁶ Op. cit.

⁷ Apud ARNS, Paulo Evaristo. *O que é Igreja*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 123.

⁸ FAUSTINO, Evandro. *O renitente catolicismo popular*. São Paulo, 1996, 238 p. Tese (Doutoramento em História Social). Universidade de São Paulo, 1996, p. 96.

dando o direito de arrecadar o dízimo e administrá-lo; o que causou confusão dos dízimos com a renda do Estado”. Este redistribuía o dízimo por meio da redízima, o que era insuficiente para o sustento dos sacerdotes, que procuravam outras fontes de rendimento.

Com a Proclamação da República (1889), houve a separação do Estado em relação à Igreja, que de certa forma suprime alguns privilégios do aparelho eclesiástico; no entanto, “o episcopado brasileiro percebe que a perda desses privilégios é um mal menor em relação ao benefício que é a supressão do regime de padroado, saudada pelos bispos como sendo o fim de uma proteção que os oprimia”⁹.

Para sobreviver sem o apoio do Estado era indispensável ao aparelho religioso reestruturar-se, restabelecendo a articulação entre o aparelho eclesiástico e as grandes massas. Foi pensando nisso que D. Macedo Costa, arcebispo da Bahia, em 1890 redigiu um documento sobre a reforma na Igreja do Brasil.

Com as tendências descentralizadoras do regime republicano:

[...] os padrões de controle político, associados, à vigência da política dos governadores, a montagem dos partidos republicanos nos diversos estados, e a autonomia considerável de que passaram a dispor os clãs oligárquicos em âmbito local e regional favoreceram sem dúvida o processo de estadualização das políticas implementadas pelos detentores do poder eclesiástico¹⁰.

Essa romanização busca seu ponto de equilíbrio na Pastoral Coletiva de 1915, a qual foi muito bem analisado por Oscar Beozzo, Pedro Antônio de Oliveira e Euclides Marchi, destacando as resoluções sobre: a fé, os sacramentos, o culto, a disciplina, os costumes do povo e as recomendações mostrando o interesse da Igreja pela classe operária, eleições, ações sociais, clero e laicato e o papel do padre em sua paróquia.

Em 16 de julho de 1916, já no Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme (arcebispo de Olinda) descreve em sua carta pastoral, a situação brasileira como parado-

⁹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Religião e dominação de classe*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 275.

¹⁰ MICELI, Sergio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 20/21.

xal, afirmando “que o país é católico, mas a Igreja dispõe de pouca influência sobre o povo e, notadamente, sobre as elites intelectuais, tocadas pelo agnosticismo, pelo secularismo e pelo positivismo”¹¹.

A Carta Pastoral de Dom Leme é um marco para o pensamento clerical brasileiro e chama a atenção para a ignorância dos católicos, cujo instrumento eficaz seria a instrução religiosa, valorizando, portanto, o ensino e a escola católica, bem como às aulas de catecismo.

Com a constituição de 1934, de acordo com Oliveira¹², firma-se um novo pacto de colaboração entre a Igreja e o Estado, uma vez que as reivindicações católicas, foram todas atendidas. A partir de 1935, a mobilização do laicato surge através da Ação Católica da Juventude, com nomes diversificados: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Independente Católica (JIC).

No período do Estado-Novo (1937-1945) os círculos operários multiplicavam-se. Com o crescimento do espiritismo e do protestantismo, a Igreja adota práticas religiosas populares que antes ela encarava como manifestações de ignorância religiosa. Para Mainwaring¹³, uma das mais importantes mudanças realizadas pela Igreja (décadas de 40 e 50) “foi à reforma do catecismo e da educação religiosa”.

Na década de 60 surge o Movimento de Educação de Base, acordo feito entre o governo (Jânio Quadros - presidente da República) e o bispo de Aracaju (Dom José Távora). Pelo acordo o Estado fornecia o financiamento e a Igreja executaria o programa de educação de base. Nesse contexto, Paulo Freire deve ser lembrado como o educador que propunha o diálogo com o analfabeto, oferecendo-lhe instrumentos para que ele próprio pudesse se alfabetizar. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (criada em 1952) controlará praticamente as linhas mestras da orientação da entidade máxima da hierarquia brasilei-

¹¹ FAVERO, Luigi. As cartas pastorais de Dom Aquino Corrêa. Roma, 1996, 238 p. Dissertação (Mestrado em Teologia Pastoral) – Pontifícia Universidade Lateranense, 1996, p. 40.

¹² OLIVEIRA, Pedro A. Op. cit.,

¹³ MAINWARING, Scott. Op. cit., p. 50.

ra, fazendo com que a Igreja se postasse na linha de frente das diretrizes de reforma social¹⁴.

Através da criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (1955, Rio de Janeiro) e das Conferências em Medellín (1968) e em Puebla (1979), o episcopado latino-americano começa a se posicionar, diante da sociedade, como defensor dos direitos dos humildes e marginalizados - opção pelos pobres. Nesse período o catolicismo solidifica-se com a vida na ação comunitária, não é mais a salvação individual e o conformismo político, mas um novo engajamento e respectiva matriz discursiva. Entre uma encíclica e outra, o Papa João XXIII convoca um concílio, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Ao fazê-lo o Papa João XXIII considera de suma importância tal reunião, afirmando na época:

[...] existe uma crise que aflige gravemente a sociedade humana. Enquanto a humanidade está para entrar num tempo novo, obrigações de gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas de sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho: mundo que se exalta em suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as conseqüências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus¹⁵.

O Concílio trouxe mudanças profundas para a Igreja Católica, proporcionando abertura para uma estrutura menos centralizada e mais colegial no governo da Igreja, com grandes repercussões no Brasil.

Com o golpe de Estado (1964), a subida dos militares ao poder e a publicação do Ato Institucional nº 5, os conflitos da Igreja com o Estado por causa da instalação da tortura aparecem de modo generalizado, com prisões e processos contra membros da Igreja. As comunidades de base no campo e na cidade vão selar um novo pacto (1970 - 80) entre segmentos importantes da Igreja, surgindo movimentos populares tanto urbanos como rurais¹⁶.

¹⁴ Id., *ibid.*

¹⁵ DOCUMENTOS DO CONCILIO ECUMÊNICO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 1997.

¹⁶ BEOZZO, José Oscar (Org.). *Para uma história da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1986,

O importante papel da Igreja Católica na sociedade brasileira não se restringe, por exemplo, às ações pontuais, embora duradouras, como o combate às violações dos direitos humanos durante os trinta anos do regime militar. Repousa sim, na contribuição que ela fornece para a elaboração das representações coletivas, pois o conceito de representação articula-se em dois níveis: “(a) o que é pensado, isto é, conteúdo; (b) o modo de pensar, sua forma”¹⁷. A Igreja Católica a partir de 1970 enfrenta a diminuição de seus adeptos, principalmente tendo em vista o crescimento das Igrejas Pentecostais.

2. A Formação Territorial de Campo Grande e o Sagrado

A organização do sagrado no território de forma endógena constitui-se em uma dinâmica móvel no espaço. A paróquia também é um lugar simbólico, onde o católico desenvolve uma identidade religiosa com o lugar. Os símbolos encontrados no lugar sagrado – a igreja, também podem representar a conquista de um indivíduo, exprimindo sua vida, significando tudo aquilo que as palavras não conseguiram dizer, mas que está vivo, e assim contém energias, forças que, ao serem reativadas¹⁸, materializam-se em imagens, emoções e sons, recontando a vida interior desse ser humano¹⁹ e suas esperanças na vivência de um mundo melhor.

Por outro lado, “a paisagem é a materialização de um instante estático da sociedade e, o espaço, um instante da sociedade que contém o movimento”²⁰. A paisagem do sagrado também fará uma conexão de ligação com a religião, destacando os lugares sagrados, regatando seus significados e a capacidade de um culto religioso impor sua marca, à medida que a espiritualidade tem força de impacto na vida das pessoas e da paisagem.

¹⁷ DÜRKHEIN, Émile. *As formas elementares e vida religiosa*. São Pulo: Paulinas, 1989, p. 18.

¹⁸ As lembranças, memórias, esperanças, orações, palavras, promessas, enfim tudo aquilo que o crente pode utilizar para estar em contato com o divino, para amenizar seu sofrimento ou realizar pedidos, objetivando tornar sua vida mais feliz aqui na terra.

¹⁹ NASSER, Maria C. de Q. Carrera. *O que dizem os símbolos*. São Paulo: Paulus, 2003.

²⁰ SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 72.

A cidade de Campo Grande, contexto territorial no qual esse estudo se desenvolveu, nasceu praticamente da promessa que seu fundador - José Antônio Pereira - fez a Santo Antônio. Por meio de relatos documentados, logo após o fim da Guerra do Paraguai, sabe-se que o pedido feito ao seu santo de devoção, às margens do rio Paranaíba, foi pela cura de um mal epidêmico que acometeu as 62 pessoas de sua família, em comitiva de viagem de Monte Alegre-MG, para as novas terras de Campo Grande. José Antonio Pereira era considerado benzedor. Santo Antônio, de origem portuguesa, estava entre os santos de maior devoção popular dos mineiros do Brasil-Colonial, incluindo as antigas áreas de mineração das Minas Gerais, por influência bandeirante e dos jesuítas, servindo de refúgio a quem sofria desenganos, perdia parentes ou necessitava de alívio. Sua imagem era, costumeiramente, carregada pelos viajantes, em pequenos oratórios de madeira (os chamados “práticos”), sobre o lombo do burro²¹.

Pelo relato, o pagamento da promessa deu-se com a construção da capela e a festa de inauguração em homenagem ao santo, no novo local de moradia, iniciada em 1876. Construída no topo mais elevado entre os dois córregos (Prosa e Segredo), formadores do rio Anhanduí, feita em taipa e cobertura de palha, a ela acoplada um sino improvisado de ferro batido, a capelinha foi inaugurada no dia do santo, 13 de junho de 1877²².

O reconhecimento oficial da capela pela igreja, ocorreu no ano seguinte, 1878, com a celebração da primeira missa e a bênção da imagem do santo pelo pároco da localidade vizinha de Miranda - Julião de Urquiza.

A capelinha e os dois córregos constituíram, inicialmente, os elementos principais de estruturação do espaço social em construção. Os sinos no alto da torre, se transformaram no principal meio de comunicação para acontecimentos importantes, estreitando os elos na coletividade.

Além disso, conferia ritmo ao movimento da pequena coletividade, funcionando como marcador de horas. Esse espaço do sagrado resultou do sentimento da

²¹ NAVEIRA, Raquel. *Santo Antônio*. Folha avulsa (digitada). Campo Grande: UCDB, 2003.

²² RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

religiosidade popular mineira, mas uma vez construído, se fez presente e contribuiu na preservação do espírito religioso e na ordem espacial daquele povoado²³.

Entretanto, o governo republicano alterou esses princípios religiosos na estruturação urbana, em benefício de uma ordem laica. Em 1889, Campo Grande foi elevada à condição de vila e em 1909, impôs-se o novo traçado urbano, feito de arruamentos regulares e ortogonais, expressão da nova racionalidade republicana de inspiração positivista. Fora do alinhamento desse plano, a capela teve que ser demolida e re-posicionada. O projeto de reconstrução incluiu a transformação da capela em igreja matriz, como sede da paróquia, oficializada em 1912. Na época surgiu a polêmica sobre a inclusão de Nossa Senhora da Abadia, como padroeira. Essa devoção de origem portuguesa havia atingido o Triângulo Mineiro desde o século XVIII, fazendo-se presente em Campo Grande, por meio da população mineira e dos fortes contatos comerciais mantidos com aquela região. Por outro lado, diante da inovação nos meios de transporte (ferroviário e rodoviário), redirecionando fluxos, o centro urbano de maior vitalidade, acabou deslocando-se sem levar consigo o templo religioso. Elevada a condição de município em 26 de agosto de 1899, Campo Grande tornou-se sede de Bispado, em 15 de junho de 1957 e, em 1978, sede da Arquidiocese. Mantida no local de origem, em outubro de 1991, após nova reforma, a paróquia Santo Antônio e Catedral Nossa Senhora da Abadia foi re-inaugurada pelo Papa João Paulo II, ocasião em que a catedral foi transferida de sua sede provisória, a Igreja São José, para a sede definitiva: Paróquia Santo Antônio e Catedral Nossa Senhora da Abadia, padroeira da diocese²⁴.

Como os lugares sagrados (místicos) são espaços bem definidos nas cidades pelas normas canônicas, desde o período colonial quando uma vila era fundada, a praça inicial da povoação já tinha o território delimitado para a construção da capela ou igreja, do pelourinho e da câmara municipal que constituíam o símbolo do poder local. Tais características acompanharam de um modo geral a fundação das vilas no Brasil mais ou menos até meados do século XX²⁵.

²³ GARDIM, Cleonice. *Campo Grande entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: EdUFMS, 1999.

²⁴ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Informativo diocesano*, ano XVIII, n. 240, maio 1998.

²⁵ DEL PRIORI, Mary. *Religião e religiosidade no Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1999.

Como a paróquia é a menor subdivisão territorial de uma diocese e confiada, à jurisdição de um pároco, torna-se um espaço importante para a comunidade que, segundo Bourdieu²⁶, é um conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras e definidas por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, vizinhança ou distanciamento. Inere-se que à vinculação do indivíduo com a sociedade coincide com a vinculação do indivíduo com a comunidade quando a mais alta integração social assume um caráter comunitário²⁷. Sendo tais comunidades, unidades estruturadas, organizadas, formadas por grupos, dispendo de uma hierarquia homogênea de valores religiosos, morais, éticos, à qual o indivíduo pertence necessariamente, podendo mais tarde fluir para a organização de um espaço mais oficial - a paróquia.

O espaço do sagrado em Campo Grande foi sendo tecido nesse embate entre o Estado laico e a Igreja Católica, sob influência da cultura mineira, ao mesmo tempo, combinando-se àquelas dos novos colonizadores vindos de outros Estados e de países fronteiriços. A prática da religiosidade leiga sempre esteve presente nessa teia de relações, visível através dos santuários e centros de devoções populares, incorporados, pouco a pouco, à ordem eclesiástica, no contexto da romanização da Igreja. As ordens religiosas que se fizeram presentes na cidade, também tiveram influências nas novas devoções.

A ordem interna estabelecida pela Igreja Católica na cidade de Campo Grande constitui-se atualmente de 29 paróquias²⁸, mais de 160 comunidades, dois santuários, que se destacam também como paróquias²⁹. Os diversos nomes de santos e santas, Nossa Senhora, Jesus, Espírito Santo, atribuídos às paróquias e capelas revelam a trajetória de mudanças na história eclesiástica local e o novo conteúdo socioeconômico desta e de outras cidades brasileiras.

²⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

²⁷ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

²⁸ Até 2007 eram 25 paróquias, mas atualmente são 29 na zona urbana de Campo Grande - MS, oito na zona rural e mais as paróquias dos municípios de: Bandeirantes, Corguinho, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Sidrolândia e a do Distrito de Anhanduí (Arquivo Diocesano, 2008).

²⁹ ARQUIVO DIOCESANO. Pasta Avulsa. Campo Grande, 2008.

3. *Acriação do 1º Bispado em Campo Grande*

A Prelazia de Cuiabá foi criada em 06/12/1745, por Benedito XIV, pela bula **Candor Lucis Aeternar**, mas somente em 23/01/1788, o frei José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, foi nomeado prelado, mas nunca tomou posse. Dom Luiz de Castro Pereira chega a Cuiabá em 1808, assume a prelazia, administrando-a até 1821³⁰. Verifica-se nesse período que muitos clérigos eram nomeados e outros os representavam, os quais na maioria das vezes nem tomavam posse. Acontecia também que alguns tomavam posse e o governo imperial anulava as nomeações, uma vez que nesse período o padroado ainda era vigente.

Pela bula **Sollicita Catholici Gregis Cura** de Leão XII, em 15.07.1826, Cuiabá tornou-se diocese e a Igreja do Senhor do Bom Jesus foi elevada à categoria de catedral.

Em 05 de abril de 1910, só havia em Mato Grosso a Diocese de Cuiabá, sufragânea da Província Eclesiástica de São Paulo. Nesta data o Papa Pio X, pela bula **Novas Constituire** criou a Província Eclesiástica de Cuiabá, desmembrando de seu território as novas dioceses de São Luís de Cáceres, ao Norte, e de Corumbá, ao Sul, tornando-se Cuiabá Sé Metropolitana³¹.

Quanto à diocese de Corumbá, segundo Figueiredo (1994), a extensão territorial, compreendia 360.000 km², o equivalente a área do Estado de Mato Grosso do Sul. Corumbá, situada entre o rio Paraguai, divisa com a Bolívia, distante de Campo Grande, pouco mais de 430 km, vivia isolada³² do resto da comunidade católica.

Em 15 de junho de 1957 foi criada a Diocese ou Igreja Particular de Campo Grande pela bula **Inter Gravíssima**³³, com o território desmembrado da diocese de Corumbá e da prelazia do Registro do Araguaia, hoje diocese de Guiratinga.

³⁰ AZZI, Riolando. *O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1997.

³¹ ARQUIVO... Op. cit.

³² Até 1953 quando a Ferrovia Noroeste do Brasil - NOB chegou até Porto Esperança, o único acesso a Corumbá era feito por via fluvial.

³³ Encontra-se no Arquivo da Diocese de Campo Grande, cópia da bula Papal - Acta Apostolicae Sedis - Commentarium Officiale - Vol. XXV - n. 2, contendo quatro páginas. Pela mesma bula foi criada a diocese de Dourados, cujo bispo nomeado foi o salesiano D. José de Aquino Pereira.

Dom Antônio Barbosa foi eleito bispo para a diocese de Campo Grande em 23 de janeiro de 1958. Recebeu ordenação episcopal, conferida por Dom Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil, em 1º de maio do mesmo ano no Santuário do Sagrado Coração de Jesus, em São Paulo.

No dia de Nossa Senhora Auxiliadora - 24 de maio de 1958 e véspera da solenidade litúrgica de Pentecostes, deu-se a ereção canônica da Diocese e a tomada de posse do seu primeiro bispo³⁴.

Dom Antônio Barbosa, na instalação da diocese e na sua tomada de posse em Campo Grande (24/05/1958), dá uma mensagem aos seus diocesanos, destacando que deseja chegar à vida eterna com o rebanho que lhe foi confiado.

3.1 Dom Antônio Barbosa 1º Bispo e 1º Arcebispo da Igreja Particular de Campo Grande

A formação de D. Antônio é pautada pela filosofia salesiana³⁵. Se de um lado a filosofia salesiana foi um marco na personalidade do bispo, de outro não menos importante, foi a familiaridade com o Direito Canônico, o qual era aprimorado dia a dia no estudo da ciência do Direito Eclesiástico.

Estar na liderança da Igreja implica em um pedido para que as classes colaborem e o próprio brasão de D. Antônio anuncia essa tendência de enriquecer a todos, através da justiça social: **anunciar as riquezas de Cristo** - frase que foi o seu lema sacerdotal e episcopal.

³⁴ Diocese “é a porção do povo de Deus confiada a um bispo para que a pastoreie em cooperação com o presbítero, de tal modo que, unida a seu pastor e por ele congregada no Espírito Santo mediante o Evangelho e a Eucaristia, constituía uma Igreja Particular, na qual opera a Una Santa Católica, Apostólica Igreja de Cristo” (CD.11).

³⁵ A Sociedade de São Francisco Sales (Sociedade Salesiana, fundada em 18/12/1859 e aprovada como congregação de votos simples em 1869) teve a escolha de São Francisco de Sales como patrono, quando Dom Bosco dizia: “A base sobre a qual assenta esta congregação, tanto em quem manda como em quem obedece, deve ser a caridade, a doçura, que são as virtudes características de São Francisco de Sales”.

Dom Antônio Barbosa³⁶ nasceu no dia 10 de maio de 1911, na rua Helvécia, nº 30, Bairro dos Campos Elíseos, em São Paulo, sendo o primeiro dos filhos de Benedito Barbosa e Cecília Primo Barbosa. Ainda criança, freqüentou o Oratório Festivo do Liceu Coração de Jesus onde os primeiros contatos com os **salesianos** lhe cativam o coração. Coroinha no Santuário Sagrado Coração de Jesus e, depois aluno do Liceu Coração de Jesus, atua com zelo, pontualidade e disciplina.

Em 1922 entra para o aspirantado salesiano de Lavrinhas-SP, onde encontra religiosos que conheceram D. Bosco e outros cujas virtudes contagiam o jovem seminarista e o levam a buscar com seriedade uma vida exemplar na piedade e nos estudos. Quatro anos mais tarde, ainda em Lavrinhas, entra no noviciado, sob a direção do Pe. Virgínio Batezzati, salesiano virtuoso, que lhe deixa profundas marcas para a futura vida de religioso. Terminado o noviciado, consagra-se a Deus pelos votos religiosos, entregando-se de corpo e alma à causa do Reino de Deus.

Em São Paulo, no Instituto Teológico Pio XI cursou os estudos de Teologia. Foi ordenado sacerdote em 06 de dezembro de 1936 por Dom Gaspar de Affonseca e Silva. Em seguida foi para Roma, onde, na Universidade Gregoriana, licenciou-se em Direito Canônico. Foi professor no Pontifício Ateneu Salesiano de Turim (Itália), viveu a horrível experiência de quase ser fuzilado pelos nazistas³⁷ durante a 2ª Guerra Mundial. Terminada a guerra, volta para o Brasil, sendo nomeado professor de Teologia no Instituto Pio XI, onde foi eleito superior da Inspetoria Salesiana de Nossa Senhora Auxiliadora³⁸, no sul do Brasil (1952), com sede em São Paulo, cujo cargo vinha ocupando quando foi escolhido para ser o primeiro Bispo de Campo Grande. Recebeu a sagração episcopal das mãos do Núncio Apostólico Dom Armando Lombardi, no dia 1º de maio de 1958, no Santuário do

³⁶ Os dados biográficos de Dom Antônio Barbosa foram coletados de algumas folhas (avulsas) mimeografadas escritas por Ivone do Espírito Santo (Chefe do Cerimonial da Governadoria de MS) e pelo Pe. Fabiano Figueiredo, além do Informativo Diocesano n. 191, ano XVIII, ago. 1993 (Edição Especial). Todos os documentos fazem parte do acervo da A.D.C.G.

³⁷ Já no paredão com outros salesianos, escapa da morte, quando chega uma contra-ordem suspendendo o fuzilamento. A cena diante de um pelotão de fuzilamento deixa-lhe profundas marcas durante parte de sua vida terrena.

³⁸ A inspetoria abrangia os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Liceu Coração de Jesus, em São Paulo. Tomou posse da Igreja Particular de Campo Grande no dia 24 de maio de 1958, festa de Nossa Senhora Auxiliadora, justamente no mês em que completou 47 anos de idade. Dom Antônio não conhecia a região e iniciou seu trabalho pastoral e administrativo (que serão mencionados no decorrer deste estudo), durante 27 anos, quando o Papa João Paulo II, pela Bula **Offici Nostri**, cria a Província Eclesiástica de Campo Grande e elevou a Igreja Particular de Campo Grande à categoria de Arquidiocese e de Sede Metropolitana e o nomeia arcebispo (27/11/1978).

O bispo seguia incontestavelmente as orientações de Roma.

Dom Antônio foi acima de tudo pastor e para ele o ensinar significava EVANGELIZAR, transmitindo por todos os meios o Evangelho de Jesus Cristo, orientando os sacerdotes, irmãos e sendo o primeiro missionário e catequista da Diocese. Era consciente de que o bispo é quem deve promover a oração, celebrar a Eucaristia, ordenar os padres e o principal dos deveres para com os diocesanos é o exemplo de vida que deve ser pautada pela humildade e pela alegria de servir a Deus.

Nunca escreveu uma carta pastoral. Sua comunicação pastoral com a sociedade era feita através de mensagens - na Rádio Educação Rural, no Jornal do Comércio, nas homilias, nos sermões durante a celebração de missas e em alguns artigos publicados no Informativo Diocesano. Este foi publicado pela primeira vez em 1º de agosto de 1975, como suplemento mensal do Jornal do Comércio, com uma apresentação e recomendação do bispo, para que todos os católicos lessem o referido informativo.

Questionado sobre uma postura conformista diante do poder (político/militar), o bispo refuta com a afirmação de que sua índole sempre o induziu à concórdia.

Dom Antônio Barbosa trabalha em várias frentes para fecundar o solo do cristianismo no bispado de Campo Grande, merecendo destaque seu esforço em difundir não só a fé católica, como também oferecer ao seu rebanho, mecanismos para uma melhor qualidade de vida, por meio de ações concretas realizadas principalmente na territorialidade urbana da sede do bispado.

Merece destaque à ação pastoral evangelizadora de Dom Antônio que em seus 28 anos e 6 meses de ministério apostólico se distinguiu pelo apreço à

vida religiosa consagrada apoiando congregações e atraindo outras para regiões mais necessitadas de padres para a evangelização e promoção humana³⁹.

Coube, pois ao Bispo incentivar as vocações sacerdotais, a evangelização e o crescimento da fé, bem como apoiar os movimentos leigos, as populações indígenas, as comunidades eclesiais de base, dentre outros. Desenvolveu sua ação pastoral em três fases, a saber:

1ª Fase - Estabelecendo e consolidando a Diocese (1958-1965);

2ª Fase - Renovação pastoral do Concílio Ecumênico - Vaticano II (1966-1970);

3ª Fase - Realização das assembleias pastorais (1971-1978).

Dom Antônio, no início de sua administração criou o Núcleo de Catequese em todas as paróquias e principais vilas de Campo Grande, na tentativa de evangelizar e catequizar o maior número de pessoas. Mais tarde implantou o projeto Diáspora, que foi executado no período de férias, através da formação de equipes compostas de padres, irmãs, irmãos, seminaristas e leigos imbuídos de verdadeiro espírito evangélico, levando o nome de Cristo nas regiões mais necessitadas.

Em 1961, no ato de inauguração do transmissor da Rádio Educação Rural, Dom Antônio fez a bênção, afirmando que a Rádio Educação Rural levaria a evangelização para o imenso território da Diocese e do Mato Grosso.

Dom Antônio criou as escolas radiofônicas, também, chamadas escolas de base, para alfabetizar, principalmente, os habitantes da zona rural. Um dos programas mais ouvidos era a Hora do Fazendeiro; programa em que as pessoas do campo se comunicavam com aqueles que estavam na cidade, através de recados e vice-versa. Esta rádio foi um elemento de comunicação muito importante e teve uma duração por mais de 40 anos.

No dia 12/12/1986, segundo o Código do Direito Canônico, o papa atendeu o pedido de renúncia de D. Antônio ao governo da Arquidiocese, quando se mudou

³⁹ FIGUEIREDO, Ubajara Paz de. *Dom Antonio Barbosa*. Mentor religioso e primeiro arcebispo metropolitano de Campo Grande. Personalidades. Ano IX. Campo Grande: Arquivo Histórico, 2007.

para a comunidade inspetorial de São Paulo, onde permaneceu até o dia de sua morte.

Dom Antônio faleceu no dia três de maio de 1993 em São Paulo. Seu corpo foi trasladado da capital paulista para a capital sul-mato-grossense, ocasião em que o Corpo de Bombeiros, em carro aberto levou o corpo do Aeroporto Internacional de Campo Grande até a Catedral Nossa Senhora da Abadia - Paróquia Santo Antônio.

3.2 Dom Vitório Pavanello - 2º Arcebispo

Vitório Pavanello⁴⁰, filho de Filomena Prade e Luiz Pavanello, sexto filho entre nove, nasceu em Presidente Getúlio, SC, no dia 20 de janeiro de 1936.

Cursou o ensino fundamental e básico no Seminário São Paulo, Ascurra, SC (1949-1952) e o Ensino médio no Seminário São Manoel, Lavrinhas, SP (1953-1955). Estudou Filosofia na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras, Lorena-SP (1957-1959), cursou Teologia no Instituto Teológico Pio XI, São Paulo-SP (1963-1966). Também cursou o Bacharelado em Letras Anglo-Germânicas.

Foi ordenado presbítero no dia 31 de julho de 1966, por Dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte, em São Paulo/SP.

Como presbítero foi enviado ao Liceu Coração de Jesus, São Paulo, onde ficou por quatro anos como orientador escolar, pedagógico, das atividades pastorais da escola.

Em março de 1971 foi nomeado Diretor e Superior do Colégio e da Comunidade Salesiana, do Liceu Coração de Jesus. Em julho de 1975, foi transferido para o Seminário de Lavrinhas/SP, como Reitor.

No ano de 1977, foi novamente transferido para ser Reitor do Novo Seminário de Segundo Grau em Pindamonhangaba/SP.

Em fevereiro de 1978, foi escolhido para dar início à Obra Salesiana em São Carlos/SP, assumindo a função de Superior da Comunidade Salesiana e de Dire-

⁴⁰ Os dados biográficos de Dom Vitório Pavanello, encontram-se em uma pasta no Arquivo Diocesano, disponível na sala 1 da biblioteca do Cúria Metropolitana de Campo Grande – MS.

tor do Educandário São Carlos. Nesse mesmo ano passou a ser Mestre de Novícios no Noviciado Salesiano de São Carlos.

No dia 9 de dezembro de 1981, o Papa João Paulo II nomeou-o Bispo Diocesano de Corumbá/MS, sendo ordenado no dia 30 de janeiro de 1982, por Dom Antônio Barbosa, na Catedral de São Carlos. Tomou posse no dia 21 de março do mesmo ano.

Em 1984 foi nomeado Bispo Coadjutor de Campo Grande, e em 1986 (12/12) sucede Dom Antônio Barbosa que renunciou por motivo de idade.

Dom Vitório como pastor, continua a sentir, em seu viver cotidiano, o tesouro das riquezas de seu apostolado sem jamais abandonar aqueles que estão sob sua proteção. É um assistente para os que levam em frente à obra de Cristo.

Apoiando-se no Cânon 31 do Código de Direito Canônico, Dom Vitório aprovou todos os artigos do Diretório Diocesano de Pastoral, o qual passou a vigorar no dia oito de abril de 2007, destacando em seu conteúdo a evangelização, a liturgia, a caridade e outros. Para o arcebispo toda a missão de toda ação da igreja é evangelizar, pois a evangelização como ação concreta, é exercida pelos bispos, legítimos sucessores dos apóstolos e pelos ministros ordenados e pelos fiéis leigos⁴¹. A missão da igreja realiza-se em obediência ao mandato de Cristo: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei” (Mt. 28, 19-20).

O Arcebispo enfatiza que Cristo, ontem, hoje e sempre é o caminho, a verdade e a vida, cuja luz orientará toda a ação pastoral da arquidiocese.

Foi promulgado o Diretório Diocesano de Pastoral em oito de dezembro de 2006, remodelado para se adequar à realidade e às necessidades pastorais dos tempos atuais, contribuindo muito na unidade da caminhada da Igreja arquidiocesana. Dom Vitório, apoiado no cânon 381 do Código de Direito Canônico, destaca: “aprovo todos os artigos do Diretório Diocesano de Pastoral e que ele seja publicado, estudado e refletido em todas as comunidades foraniais e paroquiais, para que

⁴¹ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Informativo diocesano*. Ano XXVII, n. 283, abril 2007, p. 57.

todos tomem conhecimento dele”⁴². Este documento normativo tem quatro capítulos que orientam a Igreja Particular de Campo Grande em todas as suas ações, “na missão de ser sacramental, universal de salvação, até a consumação definitiva”⁴³.

3.3 Dom Eduardo Pinheiro da Silva – Bispo Auxiliar⁴⁴

Dom Eduardo Pinheiro da Silva - salesiano de Dom Bosco - nasceu aos 20 de janeiro de 1959, na cidade de Lins, estado de São Paulo. Seu pai Francisco Pinheiro da Silva é natural de Bariri/SP e sua mãe, Elvira Martins Pinheiro da Silva, de Ponta Porã/MS. Tem dois irmãos: Solange e Fernando.

Na sua terra natal cursou o ensino fundamental na EEPG Professor Jorge Americano e na EESG 21 de abril; o ensino médio foi realizado no Instituto Americano de Lins, concluindo aí o curso Técnico em Telecomunicações. De 1978 a 1980 estudou os três primeiros anos de Engenharia Elétrica na Escola de Engenharia de Lins.

Desde os 16 anos começou a participar ativamente da Igreja Dom Bosco de Lins, principalmente através da catequese, grupo de jovens e trabalhos diversos. A experiência de comunidade, o clima de família e a confiança depositada foram fundamentais para um processo de discernimento vocacional que se iniciou quando tinha 19 anos, sob os cuidados dos salesianos, Pe. Valério Utel e P. Pascoal Forin.

Aos 24 de janeiro de 1981, após dois anos e meio de intensa reflexão e oração, ingressou na Congregação Salesiana em São Carlos/SP, onde fez o noviciado sob a direção do Pe. Vitorio Pavanello, atual arcebispo de Campo Grande. Sua primeira profissão religiosa aconteceu no dia 16 de janeiro do ano seguinte, e

⁴² ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *Directorio de pastoral*. Campo Grande: ACG, 2006, p. 4.

⁴³ DOCUMENTOS... Op. cit, 1 a 2.

⁴⁴ Os dados biográficos de Dom Eduardo Pinheiro da Silva foram extraídos principalmente do livrete de sua Ordenação Episcopal (2005).

em 13 de janeiro de 1985 fez a Profissão Perpétua, pelas mãos Dom Walter Bini, então bispo de Lins. Fez filosofia (1982-1984) na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena/SP, e Teologia no Instituto Teológico Pio XI, em São Paulo. Sua Ordenação Sacerdotal aconteceu no dia 19 de janeiro de 1991, na sua comunidade de origem - Igreja São João Bosco - pela imposição das mãos de Dom Irieneu Danelon. O lema escolhido para a ocasião foi “Eis-me aqui para fazer a Tua vontade” (Hb 10, 7).

Em 1991 iniciou os estudos de pedagogia na Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS. Entre 1996 e 1997 cursou a faculdade de Ciências da Educação na Universidade Pontifícia Salesiana de Roma, Itália, concluindo o bacharelado e o mestrado, com especialização em Pastoral Juvenil e Catequese.

Enquanto salesiano trabalhou em Campo Grande (formação dos jovens salesianos, pastoral juvenil na Missão Salesiana de Mato Grosso, pastoral da juventude diocesana e regional, vigário da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora), Araçatuba (assistência no pré-aspirantado em 1986, coordenador de pastoral do Colégio Salesiano; vigário das Comunidades São Cristóvão, São Domingos Sávio e da Paróquia São Francisco e Santa Clara; Capelão das Irmãs “Pequenas Missionárias de Maria Imaculada”, membro do Conselho Diocesano de Presbíteros), e Lorena (Pró-Reitor de Extensão e Ação Comunitária da Universidade Salesiana de São Paulo (UNISAL) e da unidade de Lorena; Pastoral da Universidade; Formação), onde morava, quando pelo Santo Padre João Paulo II, de saudosa memória, foi eleito bispo auxiliar de Campo Grande.

Foi ordenado bispo no dia seis de maio de 2005, por Dom Vitório Pavanello, na Catedral Diocesana de Lins. Assumiu o ministério episcopal no dia 10 de junho de 2005 numa solene com celebração eucarística no Ginásio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Dom Eduardo Pinheiro da Silva, tomou posse como Bispo Auxiliar da Diocese de Campo Grande/MS, em 10 de junho de 2005, no Ginásio Poliesportivo Auxiliadora em Campo Grande/MS.

O evento contou com a participação de autoridades civis e eclesiásticas, bem como a comunidade católica da capital sul-mato-grossense e paroquianos do interior.

Dom Vitório confiou a D. Eduardo o acompanhamento direito da Pastoral na Arquidiocese. Nessa função ele, a coordenação diocesana de pastoral assessorou a Assembléia Diocesana nos dias 5 e 6 de novembro de 2005 que aprovou a realização das Santas Missões Populares, em toda a arquidiocese e a programação do Jubileu de Ouro de Vida e Missão. O Jubileu é tempo de a comunidade ser mais evangelizada e tornar-se mais evangelizadora.

Em 2006 coordenou a atualização do Diretório Diocesano de Pastoral. Na Assembléia de Pastoral apresentou o programa detalhado da celebração do Jubileu de Ouro, cujo ponto alto ocorreu no dia 13 de junho de 2008, feriado municipal do padroeiro Santo Antonio, evento realizado na Praça Papa João Paulo II - Campo Grande-MS.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em sua Assembléia de 2005 aprovou o nome de Dom Eduardo para a Comissão Episcopal encarregada da juventude. Com a morte inesperada do Bispo Presidente da referida comissão, a presidência da CNBB designou-o para essa função. Assim, coube a D. Eduardo coordenar na 44ª Assembléia de 2006 o estudo do documento “Evangelização da Juventude” e preparar o Encontro do Papa Bento XVI com a juventude no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, no dia 11 de maio de 2007, ocasião em que apresentou ao Papa um balanço das ações da juventude católica no Brasil.

Na animação nacional da juventude ele está confirmado até 2010.

Vale ressaltar a importante participação do Bispo Auxiliar no segundo dia da 44ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, onde foram tratados os seguintes temas: Evangelização da Juventude, prévia da eleição para a V Conferência e apresentação de painéis sobre Juventude, além de uma apresentação sobre 2º Congresso Vocacional.

Para explicar o documento sobre a evangelização da juventude: Desafios e perspectivas pastorais em estudo foi convidado Dom Eduardo Pinheiro da Silva, bispo auxiliar de Campo Grande. No texto, Dom Eduardo destacou: a) os elementos para o conhecimento da realidade dos jovens, b) um olhar de fé a partir da Palavra de Deus e do Magistério, c) desafios, princípios orientadores e pistas de ação.

O documento apresenta alguns anexos contendo pontos já estudados pela Igreja.

Dando ênfase ao documento, Dom Eduardo afirmou que a Juventude deve estar no coração da Igreja e ser fonte de renovação da sociedade, por isso, o objetivo do episcopado brasileiro é de renovar a opção afetiva e efetiva de toda a Igreja pela juventude numa busca conjunta de propostas concretas que favoreçam uma verdadeira evangelização desta parcela da sociedade.

O documento, segundo o bispo auxiliar, motivou o episcopado para juntos encontrar caminhos, mecanismos e meios para favorecer o desenvolvimento integral dos jovens, como por exemplo: educação aos valores cristãos, formação bíblica e teológica, iniciação à vida litúrgica, anúncio do querigma, ensino religioso nas escolas e universidades, educação para a solidariedade e para a fraternidade, superação de preconceitos e formação para a ação. A formação da juventude visa a promoção da dignidade de sua vida em todos os aspectos.

4. Identidade da Arquidiocese de Campo Grande

Para se entender parte da hierarquia da Igreja Católica, no contexto do bispado em Campo Grande - MS, torna-se necessário conceituar que, **bispos** são os sucessores dos apóstolos, que recebem com a ordenação episcopal a missão de santificar, ensinar e governar, no âmbito de uma circunscrição definida (diocese, arquidiocese, prelazia).

O episcopado é o último e supremo grau do sacramento da ordem, sendo também, a autoridade máxima da Igreja Particular em jurisdição e magistério.

Aos bispos compete ministrar o sacramento da ordem de modo exclusivo e também, na Igreja Latina, o sacramento da crisma. Ordenar presbíteros e diáconos, bem como conferir ministérios são funções exclusivas do bispo.

Conforme o Código de Direito Canônico (CÂN. 375 §1),

Os Bispos que, por divina instituição, sucedem aos Apóstolos, são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, a fim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo.

Arcebispo (palavra que se originou do grego *ἀρχιεπίσκοπος*, *archepiskopos*: *arche* = primeiro, e *epi-skopos* = supervisor) é um bispo católico que, está à frente de uma arquidiocese. Foi uma criação administrativa da Cúria Romana para atender aos anseios das populações e dioceses mais afastadas de Roma. A arquidiocese compreende várias divisões, mas neste trabalho será destacado arcebispado metropolitano, que é o bispo da arquidiocese sede de uma província eclesiástica, a qual é formada por várias dioceses vizinhas com território delimitado. Tem todos os poderes do bispo em sua própria arquidiocese e poderes de supervisão e jurisdição limitada sobre as demais dioceses (chamadas sufragâneas). O pálio, conferido pelo Papa, é o símbolo da sua qualidade de metropolita. Somente os **Arcebispos** Metropolitans e o Decano do Colégio Cardinalício o podem receber. Dessa forma, Dom Vitório Pavanello é Arcebispo da Arquidiocese de Campo Grande - MS.

A Diocese é a porção do Povo de Deus, situada em um território geográfico e num contexto sócio-cultural. Está organizada em paróquias, agrupadas em foranias, com funções especiais, a saber: a) ser a imagem da Igreja de Cristo, uma, santa, católica e apostólica, na região onde se encarna, para evangelizar a população local e cooperar na evangelização do mundo; b) promover a integração entre as paróquias, para que possam caminhar sob as diretrizes da igreja: local, regional, nacional, continental e universal; c) formar e renovar permanentemente os agentes de pastoral; d) oferecer serviços que dinamizem a evangelização e a ação eclesial⁴⁵.

A sede da Cúria Metropolitana de Campo Grande localizava-se à rua Rui Barbosa nº 877 - Centro, mas foi transferida em 1997, para a Rua Amando de Oliveira nº 448 - Bairro Amambaí (ver foto a seguir). Atualmente o Arcebispo de Campo Grande é Dom Vitório Pavanello, sendo Bispo Auxiliar - Dom Eduardo Pinheiro da Silva.

A Arquidiocese de Campo Grande (*Archidioecesis Campi Grandis*) é uma circunscrição eclesiástica da Igreja Católica no Estado de Mato Grosso do Sul. Sua sede é a cidade de Campo Grande.

⁴⁵ ARQUIDIOCESE DE CAMPO GRANDE. *10º Plano diocesano de Pastoral*, 2004-2007. Campo Grande, jan. 2004, p.72.

Arquidiocese de Campo Grande - MS

Archidiœcesis Campi Grandis

País	Brasil
Arcebispo	Vitório Pavanello
Superfície	44.892 km ²
Tipo de jurisdição	Arquidiocese Metropolitana - (Região Oeste 1)
Criação da diocese	15/06/1957 pelo Papa Pio XII, por meio da Bula Inter Gravíssima
Elevação a arquidiocese	27/11/1978, pelo Papa João Paulo II, por meio da Bula Officci Nostri
Rito	Romano
Padroeiro(a)	Nossa Senhora da Abadia
Dioceses sufragâneas	Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Três Lagoas
Endereço	Rua Amando de Oliveira, 448 – Amambaí - Campo Grande – MS. Cep - 79008-010 – Fone: (67) 3317-4950

Fonte: Arquidiocese de Campo Grande. Disponível no site:
<http://www.Arquidiocesedecampogrande.org.br>

A Regional Extremo Oeste se originou da Assembléia da CNBB, que foi realizada em Roma no fim do Concílio Ecumênico Vaticano II (1965). Foi criada do desmembramento da Regional Centro-Oeste e também incluía os restantes das dioceses do estado de Mato Grosso e tinha a sua sede na cidade de Cuiabá.

Para ter um melhor funcionamento, foi decidida pela Presidência do CNBB a transferência de sua sede em 8 de junho de 1971 para a cidade de Campo Grande (atual capital de Mato Grosso do Sul). A Regional Oeste se originou da reunião da 25ª Assembléia Geral da CNBB que ocorreu entre 21 de abril e 1º de maio de 1987 e foi determinado ali a divisão da Regional Extremo-Oeste em C 1 (com sede em Campo Grande) e Regional Oeste 2 (com sede em Cuiabá), por causa da extensão territorial do antigo Mato Grosso e também de sua divisão política. Sua primeira Assembléia foi realizada entre 6 e 9 de novembro de 1987 e presidida por Dom Onofre Cândido Rosa, na época bispo da Diocese de Jardim. Manteve-se a seqüência de numeração anterior de assembleias, sendo essa a 26ª Assembléia.

Faz parte das Regionais Oeste 1 e 2:

- O Seminário Maior Regional Maria Mãe da Igreja - inaugurado em 20 de abril de 1986;
- O Instituto Filosófico e Teológico do Oeste 1 e 2 (ITEO) - fundado em 31.07.1973, com o curso de filosofia iniciado em março de 1974 e o de teologia em março de 1977 em instalações provisórias; em 19 de março de 1990 ganhou instalações próprias e na mesma época foi assinado o termo de afiliação à Pontifícia Faculdade de Nossa Senhora da Assunção-SP.
- O Tribunal Eclesiástico – que começou a funcionar em março de 1990, cuja jurisdição compreende as Dioceses dos Regionais Oeste 1 e 2.
- O Curso de Atualização Religiosa e Teológica (CART) - começou a funcionar em 1973, destinado exclusivamente para Padres, Religiosos e Religiosas e a partir de 1980 foi aberto aos leigos engajados nas pastorais e movimentos e professores de ensino religioso.
- Conferência dos Religiosos (CRB-Regional Campo Grande) - que funcionou na sede do Regional desde 1971 até o ano de 1997, quando adquiriu sede própria (09.02.1998).
- A Missão Franciscana da 1ª Ordem de São Francisco - doou para a CNBB o Imóvel, tanto o terreno e o prédio, local em que funciona a sede do regional desde 1971. Rua Abílio Barbosa, 169, Bairro São Francisco.

A Regional Oeste 1 é representada pela Província Eclesiástica de Campo Grande e é integrada por seis dioceses: Campo Grande, Corumbá, Dourados, Coxim, Jardim e Três Lagoas.

O território é subdividido em 37 paróquias e dividido em 5 foranias, conforme sua localização geográfica: Forania Centro, Forania Sul, Forania Norte, Forania Oeste e Forania Rural. A Forania Centro abrange as paróquias: Santo Antônio (Catedral Nossa Senhora da Abadia); São José; Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; São Francisco; Nossa Senhora da Conceição Aparecida (Vila Planalto); Nossa Senhora Auxiliadora; Coração Eucarístico de Jesus; Maria Medianeira das Graças; Coração Eucarístico de Jesus; Maria Medianeira das Graças. A Forania

Sul abrange as paróquias: São Judas Tadeu; Nossa Senhora de Fátima; São Leopoldo Mandic; Divino Espírito Santo; Santa Rita de Cássia; Divino Paráclito; São João Calábria; Nossa Senhora Aparecida das Moreninhas. A Forania Norte abrange as paróquias: São João Bosco; Sagrado Coração de Jesus; São Sebastião; Senhor do Bonfim; Nossa Senhora das Graças; São Pedro Apóstolo; São João Batista. A Forania Oeste abrange as paróquias: Cristo Luz dos Povos; Cristo Bom Pastor; Maria Mãe da Igreja; Cristo Redentor; Cristo Rei e Nossa Senhora da Guia. A Forania Rural não está inserida neste artigo por não contemplar a territorialidade urbana.

A Capelania Militar também está presente na Igreja particular de Campo grande. A criação do Viriacao Militar do Brasil ocorreu em 06.11.1950, por Decreto Consistorial do Papa Pio XII.

Por decreto da Congregação dos Bispos em 02.01.1990 esta capelania passou à condição de Ordinariato, sendo instalado oficialmente em 13.02.1990, recebendo a denominação de Ordinariato Militar do Brasil. O primeiro vigário militar do Brasil foi o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara (1950-1963); o segundo vigário militar e Arcebispo Ordinário Militar foi Dom José Newton de Almeida Batista (1963-1990). Assim, as capelarias foram instaladas em todas Forças Armadas e Militares do Brasil com a figura do capelão.

A Capelania Militar também chamada de capelania castrense, presta assistência religiosa a alguma corporação militar: exército, marinha, aeronáutica, corpo de bombeiros e polícia militar, mas na territorialidade urbana de Campo Grande, as capelarias atingem todas as corporações acima referendadas, com exceção da Marinha que tem destaque para Nossa Senhora do Forte no Forte Coimbra - Ladário – MS. Assim, na Base Aérea encontra-se a Capela de Nossa Senhora de Loreto; na 9ª Região Militar, destaca-se a Capela de Nossa Senhora das Graças.

As capelas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros ainda não foram construídas e também não têm nomeação do (a) padroeiro (a) das referidas unidades.

Por iniciativa do Tenente Coronel - Carlos Alberto Pereira, o governador de MS - José Orcídio dos Santos, o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - Dagoberto Nogueira Filho e o Secretário de Estado de Gestão Pública -

Ronaldo de Souza Franco, assinaram o Decreto nº 11.500, de 09 de dezembro de 2003, dispondo sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal decreto em seu conteúdo dá as providências necessárias sobre a criação a partir 09/12/2003 da Capelania da Polícia Militar, objetivando despertar o sentimento religioso, desenvolver valores éticos e morais, e incentivar os integrantes da Corporação a participar ativamente das atividades dos grupos religiosos ou das comunidades a que pertençam. O serviço de Assistência Religiosa - SAR - funcionará, em princípio, na sede do Comando-Geral da Corporação, e será chefiado por um Oficial Capelão.

Em um outro aporte pode-se também assinalar a existência de capelas particulares de: hospitais, congregações religiosas, escolas etc.

As comunidades independentes demonstram uma certa liberdade quanto às festividades e devoções populares, mas sempre orientadas por um sacerdote diocesano ou leigo. Dentre elas destacam-se: a Capela Santíssimo Sacramento, localizada à Rua EW nº 19 - G 55 - Quadra 1 - Chácara dos Santos Anjos - Parque dos Poderes - Rodovia BR 16 - Km 05; a Capela Santa Isabel da Hungria, localizada à Rua Lino Villachá nº 1250 - Bairro São Julião - rodovia BR 163 - km 05; a Capela São Benedito, localizada à Rua Eva Maria de Jesus s/n, Bairro Jardim Seminário.

O espaço religioso de Campo Grande tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, demonstrando que o ser humano volta-se para o sagrado na medida de suas necessidades terrenas.

Considerações Finais

À medida que Campo Grande foi crescendo, o sagrado foi se distanciando um pouco da administração oficial, mas os espaços sagrados católicos continuaram a ser construídos (paróquias e capelas), criando lugares para que as devoções oficiais e populares pudessem desenvolver suas atividades sacras de forma individual e coletiva. Hoje a IC conta com dois santuários (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Judas), onde as peregrinações são constantes, com a realização de novenas, bênçãos de água, pagamento de promessas, entrega de ex-votos etc.

A territorialidade do sagrado é, portanto, um espaço de representação e apropriação simbólica de crenças, e devoções populares, sendo sua materialidade o próprio território institucionalizado hierarquicamente. Nesse espaço, a territorialidade acontece de forma natural, formando uma rede de relações sagradas e também profanas, aperfeiçoando o efeito cristão sobre a comunidade escolhida pelo fiel. Esse sistema territorial, ao se manifestar como revelação do espaço absoluto, a partir de um ponto fixo, em torno do qual se organiza o restante da ordem estruturada, comporta-se como uma realidade absoluta de valor existencial para o ser humano, ao mesmo tempo, sendo dotado de dinâmica própria. O comportamento religioso é direcionado pelo imaginário intuitivo e pelo sentimento religioso e emocional, revelando-se como sagrado, sob formas materiais e imateriais no contexto da territorialidade.

A administração eclesiástica por parte dos bispos, segue as orientações de Roma e apesar das limitações, as ações pastorais têm se desenvolvido em sintonia com as Igrejas universais, nacionais, regionais e locais, propondo sempre a participação do povo em consonância com os ensinamentos de Jesus Cristo.

Sites

<http://www.campogrande.news.com.br/view.htm?id=378973>, 24 maio de 2008.

<http://noticias.cancaonova.com/noticia.php?id=233051>. Acesso em: 28 mai. 2008, 11h43.

<http://www.Arquidiocesedecampogrande.org.br>. Acesso em 10 de agosto 2008, às 11h.